

O Congresso e o Brasil

Paradoxalmente, o governo Collor de Mello foi derrotado no Congresso pela existência de duas maiorias, antagônicas: uma, a rigor, é constante e está disposta a impor ao chefe do governo quantas derrotas se fizerem necessárias para aplacar sua animadversão contra a pessoa do sr. Fernando Collor de Mello. A outra é oscilante e integrada pelos que permitiram a aprovação do Plano "Brasil Novo", em votações renhidas, e que agora deseja manifestar seu desagrado, como namorados fazem quando estão de mal, pelo fato de o presidente da República ter critérios próprios para nomear funcionários públicos e até mesmo auxiliares diretos. A maneira de a maioria favorável ao presidente manifestar que está contra ele, sem assumir os riscos de ser oposição, é dar número suficiente para que se vote, mas não para que o Planalto saia vitorioso. Porque, no fundo, as duas maiorias pensam em seus interesses pessoais e não nos do Brasil, a Medida Provisória nº 185 foi rejeitada, levando o Executivo a reeditá-la com o nº 190, ao risco de abrir mais um atrito, desta vez extremamente sério, com o Congresso Nacional.

Os que votaram contra a MP 185 pensaram em termos apenas eleitorais. Na verdade, pouco se lhes dá que as sentenças da Justiça do Trabalho — segundo alguns corretas do ponto de vista estritamente formal, pois o IPC ainda é, para todos os efeitos legais, o índice em que os TRTs se podem apoiar — já concedidas tenham abalado de maneira definitiva a estrutura toda do Plano "Brasil Novo" e abram o caminho para que a corrida entre preços e salários se reinicie. Os que deveriam ter votado a favor dela, mas nem se ausentaram em número suficiente para não dar quórum, nem compareceram em massa para garantir o êxito da política econômica, esses igualmente não se preocupam com as consequências de seus atos. A opo-

sição *de facto* pôde aparecer perante os eleitores como defensora da reposição de perdas salariais; a maioria que diz apoiar o Planalto e o derrota, essa espera ter feito o presidente saber que necessita mudar seus critérios e conceder mais atenção aos pedidos de deputados que pretendem reeleger-se. Para os dois campos, os superiores interesses da Nação não contam.

Não se responsabilize apenas os que fazem picuinha, pretendendo valorizar-se perante o presidente Fernando Collor de Mello, nem os que a ele se opõem por opor-se. Na realidade, há algumas semanas que se vinha observando o mal-estar do líder Renan Calheiros diante do imobilismo político do Planalto, e sabia-se, por confidências de políticos de influência na mobilização parlamentar, que o Executivo corria o risco de ver desfeita a maioria que conseguira arregimentar para aprovar o Plano. Na votação de quinta-feira, o líder Renan Calheiros foi surpreendido por decisões da presidência do Congresso, mas pelo menos estava presente para tentar impedir o desastre. Na sessão do Senado, no mesmo dia, no entanto, a ministra da Economia foi duramente criticada pela oposição, que a ameaça enquadrar por crime de responsabilidade, e o líder do governo na Câmara Alta não estava presente para defendê-la. Isso, no Congresso. No Executivo — e a vice-presidência pertence ao Executivo até segunda ordem — a confusão também se generaliza, o vice-presidente Itamar Franco adotando postura de franca hostilidade ao grupo da ministra Zélia Cardoso de Mello. Diante desse quadro, não é difícil entender por que o governo não tem condições de sustentar suas posições no Congresso, que é composto em sua maioria pelos mesmos homens que sempre consideraram de seu dever inviabilizar todos os planos econômicos que implicassem impor sa-

crifícios aos funcionários e aos assalariados, e até mesmo aos donos de alguns "cartórios" que criam obstáculos à expansão do mercado produtor e penalizam o consumidor brasileiro.

Enquanto o presidente da República reedita uma medida provisória rejeitada pelo Congresso, as lideranças da oposição *de facto* cuidam de aprovar projeto de lei reajustando automaticamente os salários. Em outras palavras, tratam de reintroduzir a indexação da economia, esquecidos do que isso significará para o Brasil e os trabalhadores, em primeiro lugar. No outro extremo do espectro, preocupada com os efeitos das decisões da Justiça do Trabalho e com pressões sindicais sobre os empresários, a ministra Zélia Cardoso de Mello proíbe repasses de aumentos de salários aos preços e promete usar de novo a Sunab, a Receita Federal e a própria Polícia Federal para arrancar de empresários menos obedientes as listas de preços de seis meses antes dos aumentos salariais que vierem a ser concedidos. Isolado, politicamente, o Executivo agride os empresários.

No Congresso — e talvez em certos setores do Planalto — parece que não se dá importância ao clima de incerteza que se está instaurando no País, o qual é sobretudo contrário à recuperação da economia. Tal como se colocam agora as coisas, porém, se no Congresso não houver consciência de que o Poder Legislativo deve, tem a obrigação de auxiliar o Executivo, dia virá em que o Plano que foi aprovado no Congresso por expressiva maioria virá por água abaixo. Esse dia pode chegar em um mês, prazo fatal para que se vote a MP 190. Se ela for rejeitada, como sucedeu com a 185, que fará o Executivo? Editará nova medida provisória, agravando o conflito com o Congresso, ou fará outro plano, administrado por nova equipe econômica?